

AValiação FORMADORA SEM CLASSIFICAÇÃO

As novas orientações curriculares dão um sinal cristalino a todos os envolvidos, em particular aos educadores e aos encarregados de educação: não há avaliação sumativa. Explicitam como palavra-chave que se devem omitir juízos de valor sobre cada criança e as aprendizagens e os conhecimentos não devem ser objeto de classificação. Há, portanto, uma clara distinção conceptual entre o que é avaliação e o que é classificação. Simplificando, a avaliação assenta as suas traves-mestras numa apreciação formativa e contínua. Se a sumativa tem como finalidade a seriação, prestando-se a uma classificação, a que se preconiza, a formativa, tem um pendente contínuo, ocorrendo a cada momento da ação e em todas as situações reais ou contextos de aprendizagem.

As OCEPE falam na importância de documentar o processo e de o descrever. Consideram que "é uma avaliação 'para' a aprendizagem e não 'da' aprendizagem." Enunciam as áreas de desenvolvimento e não impõem instrumentos de avaliação, nem apontam para notas ou percentagens.

Foi isso mesmo que o secretário de Estado da Educação salientou quando o documento foi tornado público, a 2 de julho último: "é a aprendizagem e a gestão das orientações que integra os instrumentos de avaliação e não o contrário". Ou seja, adiantou João Costa, "não é uma grelha que condiciona o que se ensina."

O que se pretende é que haja uma perspetiva formativa e formadora baseada, por exemplo, na construção de portefólios ou histórias de aprendizagem com o envolvimento de cada criança.

A estafada questão sobre se o pré-escolar deve ser uma resposta social ou uma etapa de preparação para a educação básica, com a frequência obrigatória do ano antecedente continua, por outro lado, a inquietar muitos espíritos.

Recorde-se que o SPZC e a FNE defendem que na atual legislatura (2015-2019) devem ser criadas condições que permitam o crescimento da frequência da educação para a infância ao nível dos três e quatro anos. E que se proceda ao alargamento dos zero aos três anos (creche), cumprindo-se as mesmas exigências para o pré-escolar a nível dos recursos humanos e dos espaços físicos.

Ora, apesar de a legislação consagrar a educação pré-escolar só a partir dos três anos de idade, o Conselho Nacional da Educação recomenda vincadamente que as crianças dos zero aos três anos têm igual direito.

Por seu turno, o ME liderado por Tiago Brandão Rodrigues assume como desiderato o alargamento da rede. Omite, porém, a questão da obrigatoriedade da frequência.

As OCEPE, baseando-se na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, referem-se ao sector como "a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida".

No que concerne ao despacho que homologou as novas orientações curriculares, o ME considera eminente "que haja uma unidade e sequência em toda a pedagogia para a infância". Sublinha ainda que o trabalho a desenvolver com as crianças até aos seis anos "tenha fundamentos comuns e seja orientado pelos mesmos princípios, que constituem uma base comum para o desenvolvimento da ação pedagógica em creche e jardim-de-infância."

PRINCIPAIS ÁREAS E DOMÍNIOS

Os grandes blocos de conteúdo mantêm-se: Área da Formação Pessoal e Social; Área da Expressão e Comunicação e a Área do Conhecimento do Mundo. Pretende-se na Área da Formação Pessoal e Social que ocorram aprendizagens interligadas, considerando-se quatro componentes: construção da identidade e da autoestima; independência e autonomia; consciência de si como aprendiz; e convivência democrática e cidadania.

A Área da Expressão e Comunicação divide-se em quatro domínios: Educação Motora; Educação Artística, que tem como subdomínios as Artes Visuais, a Dramatização, a Música e a Dança; Linguagem Oral e Abordagem à Escrita; e a Matemática.

A Área do Conhecimento do Mundo introduz a metodologia científica, a abordagem às ciências, o olhar sobre o mundo tecnológico e a utilização das tecnologias

Estabelecendo uma comparação breve com as orientações de 1997, é criado o domínio da Educação Física, quando antes apenas era mencionada a expressão motora.

A Educação Artística é outra novidade, sendo que o texto de 1997 referenciava tão só a expressão dramática, plástica e musical.

AVEIRO
Av. Lourenço Peixinho, n.º 97 - 2.º Esq.
3800-165 Aveiro
Tel: 234 428 338
E-mail: aveiro@spzc.pt

CALDAS DA RAINHA
R. Alm. Cândido dos Reis, n.º 83 - 2.º Dto
2500 - 125 Caldas da Rainha
Tel: 262 880 850
E-mail: caldasdarainha@spzc.pt

CASTELO BRANCO
Rua de Santiago, n.º 3 - 1.º Dto
6000-179 Castelo Branco
Tel: 272 344 960
E-mail: castelobranco@spzc.pt

COIMBRA - SEDE
Rua Antero de Quental, n.º 99
3000-032 Coimbra
Tel: 239 853 090
E-mail: coimbra@spzc.pt

COVILHÃ
Rua Mateus Fernandes, n.º 34 - r/ch Dto
6200-142 Covilhã
Tel: 275 313 230
E-mail: covilha@spzc.pt

FIGUEIRA DA FOZ
Av. 25 de Abril, Praceta Zeca Afonso, n.º 2 - r/ch
3080-086 Figueira da Foz
Tel: 233 424 067
E-mail: figueiradafoz@spzc.pt

GUARDA
Rua Mouzinho da Silveira, n.º 11 - 1.º
6300-735 Guarda
Tel: 271 223 538
E-mail: guarda@spzc.pt

LAMEGO
Pç. do Comércio, n.º 100 - 2.º Esq.
5100-101 Lamego
Tel: 254 655 046
E-mail: lamego@spzc.pt

LEIRIA
Rua Capitão Mouzinho Albuquerque, n.º 107
2400-194 Leiria
Tel: 244 825 532
E-mail: leiria@spzc.pt

SEIA
Av. 1.º de Maio, Lote 1 Letra P - 4.º
6270-479 Seia
Tel: 238 314 609
E-mail: seia@spzc.pt

TOMAR
Praça da República, n.º 28-29
2300-550 Tomar
Tel: 249 316 067
E-mail: tomar@spzc.pt

VISEU
Av. Infante D. Henrique, n.º 42
3510-070 Viseu
Tel: 232 467 108
E-mail: viseu@spzc.pt



Orientações curriculares para o Pré-escolar

Primeiro estranharam-se e agora entranham-se

Aquando da apresentação das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), em julho de 2016, e por ocasião da sua entrada em vigor, no início do presente ano escolar, ecoaram muitas vozes de desconfiança e de descrença sobre os seus efeitos.

O que nos propomos nesta edição do **CORREIO SINDICAL** não é escalar ao pormenor o articulado, nem escolher o lado de qualquer barricada. Pretendemos, apenas, apresentar a realidade, com rigor e distanciamento, enunciando com simplicidade tópicos da legislação em vigor e posições da multiplicidade dos intervenientes, máxime da tutela e dos educadores.

Fazemo-lo porque, muito antes de ter sido dado à estampa, o novo enquadramento suscitou uma diversidade de questões e de perplexidades.

Uma delas respeita à diversidade de conceitos de avaliação versus classificação e aos instrumentos a eleger para que os pais e restantes agentes educativos tenham conhecimento das aprendizagens das crianças.

Passados que estavam tantos anos do lançamento das primeiras orientações (1997), regressaram à tona velhos temas relacionados com o que se pretende para o pré-escolar: se deve ter carácter obrigatório na frequência; se é uma preparação para a escolaridade básica ou, pelo contrário, uma resposta social às famílias. No entanto, o SPZC quer tornar claro que a educação para a infância deve, fundamentalmente, visar o desenvolvimento de competências de forma global e harmoniosa da criança. E como a lei continua a abarcar apenas os petizes dos três aos seis anos, o que fazer com as idades mais precoces e qual o papel das creches que acolhem estes meninos e dos profissionais que ali exercem o seu labor?

Ultrapassada a cacofonia inicial, é caso para invocar a famosa intervenção inspirada e eloquente de um dos nossos poetas maiores, Fernando Pessoa, a propósito de um refrigerante centenário conhecido à escola global: "primeiro estranha-se, depois entranha-se".

É certo que o percurso é curto e o caminho se faz caminhando, mas com base nos testemunhos recolhidos poderemos afirmar que, até agora, as virtualidades suplantam claramente os constrangimentos.

Há, porém, um dado incontornável: os educadores não poupam nas críticas ao Ministério da Educação (ME) por não

ter generalizado as sessões de informação e esclarecimento sobre o tema.

Porque se trata de um documento seminal e de um processo *continuum*, que em cada dia estimula e é fecundante, as dúvidas e as interrogações prosseguirão e não se dissiparão facilmente.

O SPZC continuará, pois, disponível para dar o seu contributo. Acolherá e dará o melhor encaminhamento a qualquer observação, crítica, comentário, pedido de esclarecimento ou sugestão. Para o efeito, poderá ser feito uso de qualquer contacto, seja por telefone, *e-mail*, *snail-mail* (tradicional correio em suporte de papel) ou diretamente em cada uma das delegações ou sede.

ME tem sido parco em ações de sensibilização e formação



NEGOCIAÇÃO
INFORMAÇÃO
JURÍDICO
FORMAÇÃO
SAÚDE
SOCIAL
CULTURAL

707 201 175
www.spzc.pt

Para mais informações de benefícios sociais contacte a sede ou a sua delegação



VOZ AOS EDUCADORES

O que pensam os educadores de infância que no dia a dia aplicam as OCEPE e as têm como farol e âncora do seu trabalho profissional?

Cumprido um período escolar e letivo da sua aplicação, a maioria dos profissionais ouvidos na zona centro considera-o um texto coerente, interessante, adequado e clarificador nos seus propósitos.

Contudo, apontam como principais *handicaps* a ausência de critérios para a elaboração dos instrumentos de avaliação mais adequados que permitam transmitir aos pais o desenvolvimento dos seus filhos e a parcimónia na informação e esclarecimento por parte da tutela.

Orientações centradas na criança

“As OCEPE vêm ao encontro de muitas das preocupações dos educadores. Estão bem organizadas, são uma referência para a prática de qualidade da educação pré-escolar, são enriquecedoras para a educação em Portugal e abrem caminhos, esperamos, para a universalidade da educação pré-escolar a partir dos três anos. O educador é autónomo na organização do seu trabalho, respondendo à promoção das aprendizagens curriculares que visam a melhoria da qualidade da educação, uma melhor comunicação e participação entre famílias e profissionais. São centradas na criança, nos seus interesses e características do grupo onde está inserida. Referem a importância do espaço educativo, da estimulação, do desafio, da autonomia e da responsabilidade. A criança vai adquirindo conhecimentos nas suas rotinas, no meio envolvente, que lhe proporcionam oportunidades, de tempo e espaço para brincar e crescer, desenvolvendo simultaneamente o pensamento criativo e crítico. Com a evolução das sociedades, são também tidos em atenção os novos desafios que são colocados no processo educativo, com grupos que integram cada vez mais diferentes situações sociais e com crianças provenientes de outros países, culturas e etnias. É na criança que se centra o processo ensino aprendizagem, dando ao educador grande flexibilidade e orientação para ajustar aos diversos modelos pedagógicos com os quais se identifica. A avaliação é bem explícita: o educador deverá registar a evolução dos objetivos esperáveis da criança que servirão como referência para uma avaliação formativa. Esta fará parte de um processo reflexivo (com a equipa educativa, as famílias e envolvendo a criança) sobre as aprendizagens que a criança vai fazendo sem nunca confundir estas com a escolarização. A função do educador aponta para a articulação na transição para o 1.º ciclo, com atividades curriculares que contemplem todas as áreas, desenvolvendo a capacidades de confiança, autonomia e autoestima com vista à promoção do sucesso educativo. E essa será a etapa seguinte.”

Educadora Maria Amélia Costa

O lúdico e a socialização devem imperar

“Quando foram lançadas, as orientações curriculares provocaram algum desnorte entre os educadores, pela amplitude dos assuntos, uns vindos de trás [orientações de 1997] outros novos, como é o caso da educação física, deixando questões em aberto. Exemplo disso são as problemáticas da leitura e da escrita, da língua estrangeira, das metas e objetivos, do lúdico e do escolar e, não menos importante, do excesso de burocracia. E continua na berlinda o caso da nova língua, bem como os requisitos e competências que devem ser implementados, em detrimento da parte da brincadeira e da socialização. Também a questão da promoção da pedagogia de situação ganha cada vez mais importância porque a criança precisa de ter acesso a milhentas experiências e a materiais e não ser formatada para o 1.º ciclo: sensibilidade, prática, experiência, brincar etc. e não ir já com letras, números. Além de que os educadores não estão preparados, nem têm conhecimento das metodologias e técnicas do 1.º ciclo, designadamente sobre a escrita e a leitura. O ME deveria e deverá ser mais lesto no apoio e mais eficaz na realização de ações de formação em todos os locais do país, sejam conferências, seminários, *workshops* ou o que quer que seja.”

Educadora Luísa Coelho



Falta de apoio

“Foi uma lufa-lufa ao longo do período anterior para adaptar as nossas práticas ao novo documento. Tivemos de remodelar as avaliações, procedimento que recaiu sobre o fim do período letivo, complicando tudo e todos. De facto, o que esteve mais em foco e causou maior polémica foi a reorganização do processo de avaliação. Eu considero que a forma e os meios que utilizávamos anteriormente eram adequados. O que aconteceu foi muito desmotivador e, a dada altura, sentimo-nos pouco apoiadas e sem norte. As formações que levaram a cabo não foram ao encontro das necessidades: realizaram-se em horários não condizentes com a disponibilidade profissional e pessoal dos educadores e a distâncias consideráveis dos nossos locais de trabalho. O ME parece ter-se demitido destas ações de sensibilização e formação. Deveria ter criado e deverá criar outras condições e transmitir outro tipo de informação. É verdade que se tratam de orientações, para servirem de guia, mas os colegas andaram muito preocupados com o texto: é extenso e trabalhoso em termos de apreensão. Depois de uma fase atribulada, agora as coisas correm sem grandes ondas. Os próprios pais não têm levantado problemas.”

Educadora Maria Isabel

Tónica na preparação para o 1.º ciclo

“A educação pré-escolar tem vindo cada vez mais a centrar-se numa preparação para o 1.º ciclo e menos num desenvolvimento de saberes e disposições que permitam a cada criança ter sucesso, não só na etapa seguinte, mas também na aprendizagem ao longo da vida. Penso que a síntese das aprendizagens a promover em cada componente das áreas de conteúdo contribuirão ainda mais para essa tendência. Embora o documento preconize que as áreas de conteúdo devam ser vistas de forma articulada e não como compartimentos estanques a serem abordados separadamente, tenho conhecimento de agrupamentos que solicitaram às educadoras a elaboração de um horário onde fossem explicitados os tempos gastos em cada uma das áreas de conteúdo. Em relação às novas designações de ‘Educação Física’ em vez de ‘Expressão Motora’ e de ‘Educação Artística’ para as expressões plástica, musical e dramática, em nada vão alterar a nossa prática pedagógica, pois as aprendizagens a promover são as mesmas. Embora a área do ‘Conhecimento do Mundo’ se enfaça na curiosidade natural a criança e no seu desejo de saber e compreender (...) penso ser demasiado ambiciosa a definição das componentes ‘Introdução à Metodologia Científica’, ‘Abordagem às Ciências’ e ‘Mundo Tecnológico e Utilização das Tecnologias’. Em matéria de avaliação esta revisão aponta para uma perspetiva de avaliação formativa. No entanto, a forma como as OCEPE estão estruturadas remetem a avaliação para uma aquisição das aprendizagens a promover em cada componente das áreas de conteúdo.”

Educadora Fátima Rufino

Avaliação merece ser clarificada

“O documento encontra-se bem estruturado apresentando, além das sugestões de reflexão, várias sínteses onde se destacam as aprendizagens a promover. Salienta o reconhecimento do brincar como atividade natural da criança e reforça as vantagens dos grupos com crianças de diferentes idades. No que concerne à avaliação, o documento gerou mais dúvidas do que esclarecimentos. Considerando a importância da avaliação e dado que a construção dos instrumentos de observação e registo são uma competência dos educadores, esta matéria merece maior clarificação para evitar que as dúvidas de uns e as certezas de outros obstaculizem a elaboração dos instrumentos de avaliação.”

Educadora Albertina Lopes Ranito

Cada um trabalha a seu bel-prazer

“Em relação ao que tínhamos, houve mais uma mudança de forma e menos de conteúdo. E, diga-se, de terminologia. A grande alteração ocorreu com as grelhas de avaliação que foram reformuladas: de percentagens passou-se para as descritivas. E de competências passou-se para os progressos das aprendizagens. A parte das avaliações do trabalho dos meninos deveria ser, em minha opinião, mais específica. Isso leva a que cada agrupamento ou jardim de infância trabalhe a seu bel-prazer. A avaliação deveria ter orientações mais específicas, com critérios definidos e uma tipologia de registos. Neste momento, por aquilo que constato, há quem siga um ror de fichas, outros há que restringiram esse processo ao mínimo.”

Educadora Maria Saraiva



ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

A homologação das OCEP encontra-se inserta em letra de forma no Despacho n.º 9180/2016, de 19 de julho de 2016 e disponíveis na página da Direção-Geral da Educação, em www.dge.mec.pt e servem de lastro como referenciais comuns para o trabalho educativo de cada educador.

Não se trata de um programa, mas de um conjunto de princípios gerais pedagógicos e organizativos para os educadores, aliás como já havia sido estabelecido nas primeiras orientações aprovadas enquadradas na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro.



Há quem complique o que é simples

“É mais esclarecedor e benéfico para o sector. É mais claro. Veio ao encontro do trabalho que já desenvolvíamos no nosso agrupamento. Gostámos do documento. Tem correspondido às nossas expectativas. Concede a necessária liberdade para a feitura e organização dos documentos o que, por um lado, é bom. É óbvio que depois potencia disparidades naquilo que é feito entre jardins de infância ou agrupamentos. Sem dúvida que o ponto de maior polémica surgiu em torno da avaliação e do tipo de fichas que a sustentam. O que importa, porém, é que a informação dessas fichas seja clara para os encarregados de educação e não complique a comunicação. Tenho para mim que o ruído causado é fruto não do articulado, mas das idiosincrasias de quem constitui os órgãos de direção dos agrupamentos e de alguns educadores. A sua entrada em vigor veio dar um abanão em quem era defensor da escolarização do pré-escolar e de quem defende esta etapa como a preparação para o 1.º ciclo.”

Educadora Isabel Dias